

EDUCAÇÃO INFANTIL DE TEMPO INTEGRAL: PERSPECTIVA DE PAIS DE ALUNOS DO CMEI JOEL MENDES.

Suyane da Silva Florindo ¹Odara Sousa Ricarte ²Ellery Henrique Barros da Silva ³

RESUMO

A educação de crianças pequenas, antes restritas ao cuidado doméstico, passou a ser realizada em instituições diante da inserção da mulher no mercado de trabalho. As primeiras estruturas voltadas para este objetivo tinham o assistencialismo como base; e, passado muitos anos, ainda é perceptível esse viés. As legislações que embasam o atual contexto trazem consigo o cuidar e educar como referência. Porém, devido a crescente demanda, é visível que o planejamento estrutural da escola não abarcou satisfatoriamente a procura pelo ensino. O escopo da pesquisa é observar as perspectivas de pais de alunos sobre a educação Infantil de tempo integral. Fundamenta-se o presente artigo nas ideias de Araújo, Auer e Neves (2019), Araújo (2015), Fernandes (2009), entre outros. A metodologia utilizada é a quali-quantitativa de cunho descritivo e, neste caso, utilizou-se entrevistas por meio de questionários. Revelou-se nesse estudo que a necessidade de trabalho é o fator que move a procura por uma escola de tempo integral, sendo que esta precisa ser próxima a residência ou emprego e que, caso não necessitasse se ausentar para o labor, uma parte (40%) não matricularia a criança. Carinho e amor são palavras recorrentes nas respostas referentes a execução do trabalho escolar. Essa é a ideia dos pais quanto ao ensino, concretizando-se, assim, o desconhecimento quanto à importância de conceitos e metodologias. Ainda há muito o que se fazer para que a escola tenha um status diferenciado. O docente não recebe a devida relevância enquanto profissional. Dessa forma, entende-se que é preciso repensar o Currículo da Educação Infantil, inserir ainda mais os pais no ambiente escolar, bem como valorizar o professor e demais profissionais que fazem parte da escola, além de uma maior cobrança quanto ao cuidado à criança pela família.

Palavras-chave: Educação Infantil, Escola de tempo Integral, Ensino.

INTRODUÇÃO

Com a crescente busca feminina por espaço no mercado de trabalho, há assim a necessidade de políticas que viabilizem essa conquista. Antes vista como de sua exclusiva obrigação os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, a mulher, hoje, passou a explorar e almejar locais antes dominados somente pela figura masculina. Com tudo, é importante sinalizar que esse fenômeno, ainda encontra variados desafios os

¹Especialista em Linguística e Ensino da Língua (UESPI) e especializanda em Educação Infantil (UFPI), ped.suyane@gmail.com

²Especialista em Psicopedagogia Clínica Institucional e Hospitalar (FAP), odararicarte@hotmail.com

³Professor orientador: Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), elleryhbs@gmail.com

quais necessitam uma constante reflexão para que de fato haja um amparo eficaz de uma das principais figuras contidas nesse processo, a criança.

As primeiras instituições voltadas ao acolhimento de crianças pequenas, tinham como embasamento o assistencialismo. Era um tipo de compensação social devido o público ser de camadas mais necessitadas, mães operárias e domésticas, que buscavam auxílio, mesmo que mínimo, aos estigmas as quais se encontravam. Sendo assim, a partir do século XIX no Brasil, essa garantia passou a ter maior atenção, tendo em vista que, com fim do regime de escravidão e a busca por trabalho, houve uma maior necessidade desses locais para a uma assistência às crianças na falta dos responsáveis. Neste sentido, é perceptivo, nessa época, que o qualitativo educacional não era fator ainda palpável. Assim como enfatiza Câmara (2017) com relação à políticas nesse contexto onde as idéias eram voltadas basicamente a questões emergenciais como o socorro a doenças e ajuda nas dificuldades oriundas da pobreza.

É a partir desse condição que as Instituições de Educação Infantil vão ganhando forma. Até chegar aos dias atuais, estas passaram por mudanças as quais foram aos poucos abarcando uma nova visão de criança, de ser humano. A sociedade passou a entender a sua importância perante a luta por melhorias de vida e direitos adquiridos ao longo do tempo. Neste sentido, entender o que leva a sua procura faz com que a comunidade se mantenha viva e atuante diante de seus direitos e deveres, além do que, repensar esse ambiente é contribuir para o desenvolvimento infantil .

Tendo em vista o papel exercido pela mulher na atualidade e sua participação financeira no orçamento familiar, a educação de tempo integral vem se apresentando, por muitas vezes, como fator determinante para a seguridade da criança e de seus responsáveis. Com isso, o presente artigo visa apresentar as perspectivas de pais de crianças matriculadas no maternal II do Centro Municipal de Ensino Infantil Joel Mendes (CMEI Joel Mendes) localizado do município de Teresina-PI, buscando entender o pensamento da família e suas expectativas quanto aos serviços dispostos pela instituição.

Ensino e referências legais: Breve reflexão

Diante da crescente busca por instituições que visem o amparo de crianças pequenas e o surgimento de pesquisas que abordam a necessidade de reflexões e práticas voltadas ao desenvolvimento infantil, o arcabouço legal brasileiro começou a

vislumbrar fatores que acolhessem tais perspectivas e a demonstrar para a sociedade que aparentemente o viés assistencialista precisaria mudar.

A Constituição de 1988, aborda em seus artigos 205 a 214 direitos e deveres que Estado, sociedade e família devam estar cientes e atuantes para que haja respaldo adequado á educação. Apresenta princípios os quais devem reger o contexto educacional:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

VII - garantia de padrão de qualidade.

[...]

(BRASIL. 1988)

E assim o respaldo legal e a idealização de uma escola que busca acolher e preservar o indivíduo em todos os seus aspectos começa a crescer juntamente com as diferentes concepções de educação. As discussões sobre qualidade, o que e como a instituição escolar pode e deve se portar passam a ganhar força abrindo espaço para uma consciência de poder social.

A constituição também prever como deve ser o seu financiamento, de quem é a obrigatoriedade em cada nível de ensino e a corroboração entre Estados, Municípios e União. A disponibilização de percentuais garantidos por meio de receita advinda de impostos garante um padrão qualitativo diante das desigualdades sejam elas locais ou regionais. O inegável impacto causado pela atenção da Carta Magna à educação pública inicia a mudança de um contexto socioeducativo onde as pessoas poderiam esperar mais da instituição escolar, participar e exigir a busca por resoluções de problemas que as ambientalizam.

Em 1990, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Voltado para a proteção de crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) ele visa assegurar a integridade destes e deixando claro a não distinção por cor, classe social, crença, condição de desenvolvimento pessoal e de aprendizagem, comunidade em que vive, entre outros. O Estatuto vem assim de forma mais ampla e detalhista abordar sobre os aspectos que promovem a dignidade do seu publico alvo, inclusive ampliando o entendimento no que concerne a criação de políticas públicas.

Nesse contexto, ganha destaque a proteção do direito a amamentação. Com o advento de pesquisas as quais relatam a importância do aleitamento materno, o apoio a mulheres que busquem oferecer esse alimento as suas crianças mostra uma preocupação quanto a saúde e o futuro com a prevenção de doenças. Assim, o ECA se caracteriza como um referencial pela dignidade e proteção, assim como define Bezerra (2006) até os dias mais atuais:

Já com 13 anos de vigência, o ECA continua sendo alvo constante de duros ataques vindos dos que ainda não entenderam que o legislador viu nele oportunidade única de criação de um conjunto de regras de proteção capaz de colocar nossa infância e juventude a salvo de toda e qualquer forma de negligência, violência e exploração ou, o que é pior, por parte daqueles desprovidos de sensibilidade que insistem em não enxergar que os jovens não têm assegurados os direitos básicos da pessoa humana, levando-os a viverem à margem de quaisquer benefícios sociais, realidade tantas vezes denunciada no País. (BEZERRA, 2006, p. 18)

Diante dessa importante ascensão da obrigatoriedade de proteção à infância e à juventude, se faz necessário a discussão e apoio a partir de uma prescrição que oriente e fiscalize um dos ambientes mais importantes para o desenvolvimento e proteção da criança, a escola. Em 1996, é criada a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDBEN), a qual vem a definir educação como algo que abrange “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL 1996, Art. 1).

Preservando o direito á liberdade, menção à solidariedade humana, proteção ao desenvolvimento do educando e sua preparação para o mercado de trabalho, o ensino passou a ser planejado diante de tais objetivos. A escola seria agora alvo de intensas reflexões e fiscalizações que garantissem nela o respeito ao desenvolvimento humano e suas especificidades. Em relação às particularidades as quais alçam o contexto escolar, estas seriam apresentadas mais detalhadamente, como por exemplo: níveis que configuram a educação básica, carga horária mínima, adequações a peculiaridades locais e frequência.

Com relação a educação infantil, o Art. 29 ressalta que “ [...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” De fato, a criança seria vislumbrada na sua totalidade, mas o que chama a atenção é que o ensino seria o complemento de práticas exercidas no seio familiar e

diante do contexto social. Isso reflete a responsabilidade que todos estão envolvidos nesse processo e que têm uma função a ser respaldada diante da integridade da criança.

A LDBEN passou e provavelmente ainda passará por mudanças, pois é sabido que a educação, o ensino e a sociedade estão em constante transformações. Um exemplo disso é a questão da educação inclusiva:

Aversão atual do Capítulo V da LDBEN/1996, Da Educação Especial, que encerra o 5º Título da Lei da Educação, dedicado aos Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino, contém sucintas alterações. Importar e conhecer que se tratam de modificações estreitamente comprometidas com a marcha em favor da ampliação da garantia do direito à educação e, por conseguinte, do enfrentamento a uma das dimensões da desigualdade educacional no país. (ANDRADE, 2023)

Apesar inúmeras progressões, estas ainda sim precisam ser estudadas e refletidas no seu cotidiano. Não se pode fechar os olhos e achar que tudo está se encaminhando pautado no que a Lei garante e se há, de fato, um resultado positivo diante do pretendido. A mobilização social ainda é fator decisivo para que as questões que abarcam a sociedade consigam ter resultados eficientes frente aos seus crescentes anseios. E, é disso que nasce a necessidade de pesquisas que apresentem retratos da realidade educacional brasileira e que estas possam vir contribuir com políticas públicas cada vez mais favoráveis.

Educação de tempo integral: visões e desafios.

A educação infantil tem ganhado mais força e destaque, tendo em vista que as legislações vigentes, as políticas públicas e o ideal de conquista e independência financeira perseguida pelo figura feminina ao longo dos anos tem resultado na busca por instituições que respaldem essa ideia e corroborem para o desenvolvimento da criança.

Analisando o Censo Escolar, é possível observar que as matrículas da Educação Infantil aumentaram 11,8% entre 2013 e 2017. Esse percentual aumentou principalmente devido a oferta de vagas em creches apresentando um aumento de 24,5%. Os valores relativos ao tempo integral é de 59,1% em 2013 e de 57,9% em 2017. Percebe-se uma estabilidade quando comparamos o ano de 2016 e 2017 (ambos com 57,9%), Porém é válido ressaltar que ao preenchimento dessas vagas se concretiza somente a disponibilidade destas. Logo, é preciso conhecer o contexto e aplicar a ele as expectativas quanto a demanda por escolas de tempo integral.

Cada rede de ensino procura assim nomear critérios que possibilitem a prioridade na conclusão da matrícula. Araújo, Auer e Neves (2019), em pesquisa realizada sobre as práticas e estratégias de atendimento da educação Infantil em tempo Integral em instituições públicas, revela que o ponto decisivo para a inserção da criança na escola seria a questão da vulnerabilidade social. E, nesse mesmo estudo, há uma problematização pertinente sobre essa limitação: o acesso a Educação Infantil de tempo Integral ainda é pautado no quesito da necessidade e não do direito a ela.

O critério balizador da vulnerabilidade pode estar reduzindo outras possibilidades de convivência plurais entre crianças, já que os demandantes prioritários do direito à matrícula passam a conviver somente com aqueles que possuem uma condição similar de existência. (ARAÚJO; AUER; NEVES, 2019)

Nesse caso, é correto afirmar que para além da precisão emergencial de uma grande parte da sociedade, há também uma outra parcela que não está sendo assistida quanto ao seu direito. Logo, entende-se que a busca por um espaço que proporcione o ensino e cuidado, que respeite e entenda o direito das crianças é um tanto sobre a concepção da instituição escolar como oportunizadora do desenvolvimento e da integridade infantil. Diante dessa perspectiva, é de suma importância a criação e ampliação de políticas que diminuam as consequências das desigualdades sociais e viabilizem o ingresso dessa parcela populacional ainda não atendida.

Outra preocupação, é sobre a qualidade disposta. O fato de estar, em média de 7 horas dentro do espaço escolar, não significa que esse tempo está sendo bem trabalhado e proporcionando um aprendizado significativo. Segundo Araújo (2015), há uma falta de clareza quanto aos objetivos o qual que se faz questionar sobre viés da proposta e isso acaba por culminar em uma indagação: será mero assistencialismo?. Diante disso, firmam-se outras dúvidas, como “ [...] se a arquitetura escolar é propícia também para tal atendimento; se há profissionais capacitados para exercer as diferentes funções exigidas; se há condições de trabalho satisfatórias [...] ” (ARAÚJO 2015, p. 36).

A criança precisa ser vista e entendida como inserida em um contexto de sociedade, onde influencia e é influenciada (FERNANDES, 2009). A partir desse princípio, pensá-la como fator interativo do processo, é antes de tudo, regê-la de poder sobre o ambiente. Logo, este precisa se encontrar preparado para que isso ocorra, ampliando suas expectativas, demonstrando e deixando o aluno vivenciar novas experiências. Em relação a estrutura da instituição, o conhecimento do objetivo desta é

crucial para a elaboração de um projetor de construção eficaz. É indispensável que os profissionais envolvidos vislumbrem a intencionalidade de bem-estar infantil, que prezem pela segurança, controle de iluminação, temperatura, espaço verde, mobiliário adequado, entre outros (CAMPOS, 2009).

Contribuindo com o exposto, a idealização do ser criança é fator base para o desencadear de práticas e visões de ensino. Para Bujes (2007) a concepção de infância muda de acordo com cada época assim como a suas características. Para a autora, essa etapa da vida nunca teve tanta importância quanto nos últimos séculos. O que é desejável hoje pode ser descartado amanhã e o que foi abandonado pode ser refletido ou explorado ganhando um outro segmento. Na atual concepção, os pequenos, são objetos e construtores desse processo, sendo uma espécie de criador e criatura do seu próprio ciclo.

Não obstante, o papel da instituição na figura do docente e demais profissionais da escola, é possibilitar o estímulo à interação. Buscar alicerces que possibilitem um ensino pautado no respeito à infância e à individualidade é a chave para que a instituição tenha sentido em sua existência. Mesmo que, com o passar do tempo e o surgimento de novas pesquisas no campo da Educação Infantil, ainda sim há uma complexidade em de fato compreender esse mundo com apenas o olhar de pesquisador. Demartini (2020) relata essa dificuldade no sentido que o cientista nunca entenderá com precisão o real olhar do pesquisado. Além disso, a autora cita a importância de sempre se considerar as várias infâncias, ou seja, a percepção social de cada uma. E nisso, se encontra a complexidade e a sutileza que envolve os estudos dessa área.

O currículo da Educação Infantil do município de Teresina-PI.

Atualizado em 2023, o Currículo da Educação Infantil do Município de Teresina abrange na sua parte introdutória a visão curricular de construção coletiva e este como bússola para a jornada educativa. Apresenta também sobre as matrículas entre 2015 e 2020, as quais se observa um crescimento interessante:

ANO	ALUNOS
2015	21.038
2016	22.777

2017	24.378
2018	24.836
2019	25.958
2020	25.038

Fonte: Currículo da Educação Infantil do Município de Teresina: caderno introdução

O referido documento aborda perspectivas de trabalho com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, aliando assim as descobertas e objetivos de cada nível e trabalhos a serem desenvolvidos para uma evolução satisfatória. O nível crianças bem pequenas compreende o maternal 1 e 2 e, como o proposto na pesquisa, este último nível citado será o foco da pesquisa.

O currículo do maternal 1 e 2 enfatiza as perspectivas da primeira infância e faz referências aos períodos sensíveis, os quais se caracterizam por serem esses momentos biologicamente oportunos ideais ao ensino. Os marcos do desenvolvimento infantil também são exaltados como informação imprescindível ao educador visando adequar sempre a sua prática e rotina a estas fases. A este ponto, é mostradas orientações para que o docente consiga abordar corretamente e aproveitar a oportunidade de estimular a criança a demonstrar suas habilidades. A exemplo disso é quando o marco é inerente a correr, saltar e pedalar, onde o arcabouço orienta a “propiciar exercícios para o aprimoramento de habilidades motoras, por meio de desafios complexos (caminhar em linha reta, chutar, pular, pedalar, agarrar, lançar, receber, correr, escalar, alterar velocidades, mudar posturas...)” (TERESINA, 2023, p. 13).

As Funções executivas refletem sobre a conscientização das ações e decisões que a criança possui e para isso, segundo o Currículo, o educador deve estimular no educando a memória de trabalho (armazenar e pensar informações a curto prazo), o Controle inibitório (controlar e filtrar pensamentos) e a Flexibilidade Cognitiva (mudança de perspectiva no momento de pensar e agir).

O texto relata sobre as experiências fora do convívio familiar e como isso deve moldar a personalidade da criança e sua autonomia e, em complemento disso, a necessidade de acolhimento para que haja uma vivência e permanência prazerosa. Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e os Campos de Experiência na Educação Infantil são relacionados de forma em que aconteça sua total aplicabilidade no cotidiano. O documento finaliza sua abordagem com sugestões de rotinas para acolhida,

roda de conversa, hora da leitura, atividades pedagógicas, higiene e saúde, refeição, recreação e despedida, todas voltadas tanto para o ensino de tempo integral e parcial.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é a de método misto, a quali-quantitativa, tendo em vista que proporcionará uma melhor observação e compreensão das informações encontradas. Para Creswell e Clark (2013) essa combinação possibilita uma análise mais robusta do problema. Quanto ao objetivo a pesquisa se caracteriza como descritiva, visando assim possibilitar a resolução da adversidade questionada.

Pensando na problemática do estudo, “como os pais de alunos matriculados no maternal II do CMEI Joel mendes percebem a importância da Educação Infantil de tempo Integral?”, foi utilizado como instrumental a entrevista a partir de um questionário elaborado na plataforma do *Google forms e disposto em dois grupos de watts app* referentes a turma de maternal II A e B da referida instituição. Dentre perguntas com relação a identidade do entrevistado, as quais eram objetivas, tinham as de respostas subjetivas elencando assim uma maior percepção de cada entrevistado.

A CMEI pesquisada foi fundada em 2017 em resultado de uma necessidade ressaltada pelo Sindicato dos comerciários do Município de Teresina. Era importante que os filhos dos servidores do comercio tivessem uma escola que abarcasse seus anseios quanto ao horário, a localização e uma educação ideal para as crianças. Logo, critérios como: trabalhar no comercio e ser mãe solteira são destacados como prioritários na matrícula. Porém, já existem alguns casos que são frutos da intervenção do Ministério Público na inserção de alunos.

ANÁLISE DE DADOS

As perguntas foram divididas em 2 tópicos: perfil dos entrevistados e análise do panorama frente a educação infantil de tempo integral. Este ultimo, contém algumas respostas subjetivas. Ao total, 30 pessoas foram entrevistadas e estas, em alguns momentos, terão suas versões destacadas utilizando o nome de Entrevistado 01, 02, 03, etc.

Perfil dos entrevistados:

A maior parte dos entrevistados possui entre 20 e 30 anos. Com relação ao gênero, é predominantemente feminino não possuindo nenhuma deficiência ou

Necessidade Especial. Com relação ao estado civil, 40% é solteira, seguido de 23,3 % como casadas, 20% em união estável e 16,7% divorciada.

66,7% se considera de cor parda, 20% negro, 10% branco e os demais, outro. 96,7% afirma trabalhar, sendo que desses, 63,3 % ganham , ao máximo, um salário mínimo, 30% até dois e o restante afirma receber três. Com relação a escolaridade, 66,7% possui o Ensino médio seguidos de 20% com o Nível Superior, 10% com pós-graduação e 3,3% com Ensino Fundamental.

Compreende-se que a opção por uma quantidade mínima de filhos tem aumentado. 46,7% possui somente um, 36,7% possuem dois filhos, 13,3% possuem 3 e o restante, mais de 3 filhos.

Perspectivas dos entrevistados:

A grande maioria, assim como o objetivo inicial da CMEI, optou pelo ensino Infantil de Tempo Integral unicamente visando deixar a criança para poder trabalhar, não possuir rede de apoio (com quem deixar) e por não ter condições financeiras de pagar alguém para cuidar ou uma escola particular. Assim como descreve o entrevistado 28: *“porque passei três anos sem trabalhar, por conta que não tinha condições de pagar alguém para olhar e hoje sou grata a CMEI”*.

A maior parte das crianças matriculadas no maternal II possui experiência no ambiente escolar. Isso revela o quão é necessária a ampliação e qualificação nesta área, não priorizando somente a quantidade, mas sim a excelência no serviço disposto. Destes matriculados, apenas uma criança possui Necessidades Educacionais Especiais.

Segundo os entrevistados (70%) , a proximidade de casa/trabalho e qualidade no serviço disposto foi critério basilar para a escolha da instituição. Em seguida, vem somente a qualidade no serviço da CMEI com 23,3% e, posteriormente, a simples proximidade de casa/trabalho com 3,3%.

Quando se trata de visão sobre o ensino numa Instituição de Tempo Integral, de fato, a parte pedagógica é deixada um pouco de lado. As vezes, nem ao menos citada e, diante de tais premissas, percebe-se a forte procura do cuidar, como se observa na seguinte afirmação: *“na minha opinião,as educadoras devem tratar as crianças como se fosse delas ,com amor e dedicação que eu sei que são capazes.”* (ENTREVISTADO 08)

O sentimento é muito citado, assim como relata o Entrevistado 11: *“União, respeito e AMOR”*. É raro, porém visível a abordagem de outros componentes os quais

se refere o entrevistado 29: “*Acolhimento emocional, conhecimento culturais e identidades*”.

Sobre a respeito de uma maior disponibilidade de tempo para com a criança, uma parte dos entrevistados (40%) afirma que se houvesse essa opção não a matricularia numa Instituição de tempo Integral. Porém, pode-se entender que optariam, talvez, por uma Instituição de tempo parcial. A maioria (46,7%), opta por matricular a criança consolidando a inevitável necessidade de crescimento e reflexão sobre os próximos passos dessas Instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dualidade entre a consciência da importância do espaço escolar e a transferência de responsabilidades é observada na pesquisa e, além disso, é preocupante a minimização do trabalho docente tendo em vista o seu processo de formação e o que este implica frente a sociedade. A maior parte dos entrevistados tem uma instrução escolar interessante frente a realidade brasileira, porém esta aparenta ser insuficiente para que haja a mudança do discurso assistencialista.

A necessidade de políticas públicas de valorização do professor, refletir sobre o Currículo da Educação Infantil, além da exigência da participação familiar são critérios que melhorariam essa visão ainda distorcida. Repensar a instituição escolar deve ser prática constante, além de buscar entender o professor diante de suas necessidades e situações que são a ele impostas sem uma mínima preparação. A relevância desse estudo é a busca pelo conhecimento e reconhecimento do profissional docente e seu papel como modificador social desde que se ofereça condições ideais para isto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson Francisco. **A Educação Especial nos 25 anos da LDBEN/1996: avance retrocessos**. Santa Maria: Revista Educação, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/65673> . Acesso em; 13 março de 2024.

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. **O “Tempo Integral” na educação infantil: Uma análise de suas concepções práticas**. In: ARAÚJO, V.C.A (org.). Educação Infantil em jornada de tempo integral: Dilemas e perspectivas. - Vitória: EDUFES, 2015.

ARAÚJO, V. C.; AUER, F.; NEVES, K. C. P. **Educação infantil em tempo integral: “mérito da necessidade” ou direito?** EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 50, e14015, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n50.14015>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** -Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 27 março de 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e normas Correlatadas.** - Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf . Acesso em 27 março de 2024.

BRASIL. **Lei n 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. - Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm .

BEZERRA, Saulo de Castro. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Marco da proteção integral.** In: LIMA, C. A (coord.). Violência faz mal a saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Escola Infantil: Para que te quero?** - Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). - Porto Alegre, v.21, n.53, 2017.

CAMPOS, Maria Malta. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças/ Maria Malta Campos e Fulvia Rosemberg.** - 6.ed Brasília: MEC, SEB, 2009.

CRESWELL, J. W; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos mistos.** 2. ed. Porto Alegre: penso, 2013.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. **Diferentes infâncias, diferentes questões para a pesquisa.** In: FILHO, J. M; PRADO, P. D (orgs). Das pesquisas com criança à complexidade da infância. - Campinas, SP: Autores associados, 2020.

FERNANDES, N. **Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes.** Porto: Edições Afrontamento, 2009.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Educação Infantil do Município de Teresina: Caderno Introdução.** SILVA, C.A.P.L; CARVALHO, L. M. A; VERAS, S. D. R (coords). - Teresina: Silcar Gráfica e Editora, 2023.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Educação Infantil do Município de Teresina: Crianças Bem Pequenas: Maternal I e II.** SILVA, C.A.P.L; CARVALHO, L. M. A; VERAS, S. D. R (coords). - Teresina: Silcar Gráfica e Editora, 2023.